



# Quem é quem no negócio do livro escolar? - Uma análise a partir do procurement do MINEDH

Por: **Aldemiro Bande**

O livro escolar é um dos negócios mais lucrativos da indústria livreira nacional. Com um aumento meteórico de alunos no primeiro ciclo de ensino a cada ano lectivo, o país é um mercado extremamente apetecível para a indústria editorial e gráfica dada a crescente demanda por livros escolares. Desde 2003 o Governo gasta perto de 1 bilião de meticais com a aquisição de livros mediante concurso público internacional para sua distribuição gratuita a todos os alunos de escolas primárias públicas e comunitárias. Entretanto, volvidos quase 20 anos, o mercado do livro escolar ainda é fortemente dominado por empresas internacionais. As poucas empresas nacionais que actuam no ramo continuam na periferia do milionário negócio do livro escolar.

Desde a liberalização da produção do livro escolar em 2003, os concursos lançados pelo MINEDH para a sua edição e impressão têm sido adjudicados, na sua maioria, a editoras e gráficas internacionais sediadas em países como Portugal, Inglaterra e a gráficas baseadas na Índia, Vietname, Coreia do Sul, Malásia e Espanha<sup>1</sup>. Os livros são produzidos, editados e impressos, fora do país, onde se encontram sediadas muitas das multinacionais adjudicatárias dos concursos.

A forte presença de empresas internacionais no mercado local do livro escolar deve-se, por um lado, à inexistência de uma forte e competitiva indústria editorial e gráfica em Moçambique. Aquando da liberalização da produção do livro o país não dispunha de empresas com capacidade para fazer a edição e a impressão dos manuais em larga-escala e com a qualidade exigida no mercado. Passadas mais de duas décadas, a situação continua a mesma. Isto significa, em outras palavras, que grandes companhias internacionais não encontram concorrência no mercado local, seja em termos de qualidade seja em termos de preço, tendo poucas editoras moçambicanas ganho concursos do MINEDH para fornecimento de manuais escolares.

Segundo estudos, a vantagem das editoras e gráficas internacionais sobre as nacionais/locais reside na facilidade que as primeiras têm no acesso ao capital, sua larga experiência na produção de manuais segundo padrões internacionais e *expertise* para produzir manuais com autores locais tendo em conta as exigências e condições específicas do mercado nacional. Estes aspectos fazem com que as empresas internacionais estejam capacitadas para prover livros rapidamente e a preços competitivos<sup>2</sup>.

1 JICA (2015) Study on Basic Education Sector in Africa – Mozambique. Disponível em: <https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/12245569.pdf>. Consultado a 20. Jun. 2020

2 World Bank (2002) World Bank Support for provision of textbooks in Sub-Saharan Africa 1985-2000. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/530001468742821712/world-bank-support-for-provision-of-textbooks-in-sub-saharan-africa-1985-2000>. Consultado a 15.

\* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: [aldemiro.bande@cipmoz.org](mailto:aldemiro.bande@cipmoz.org)

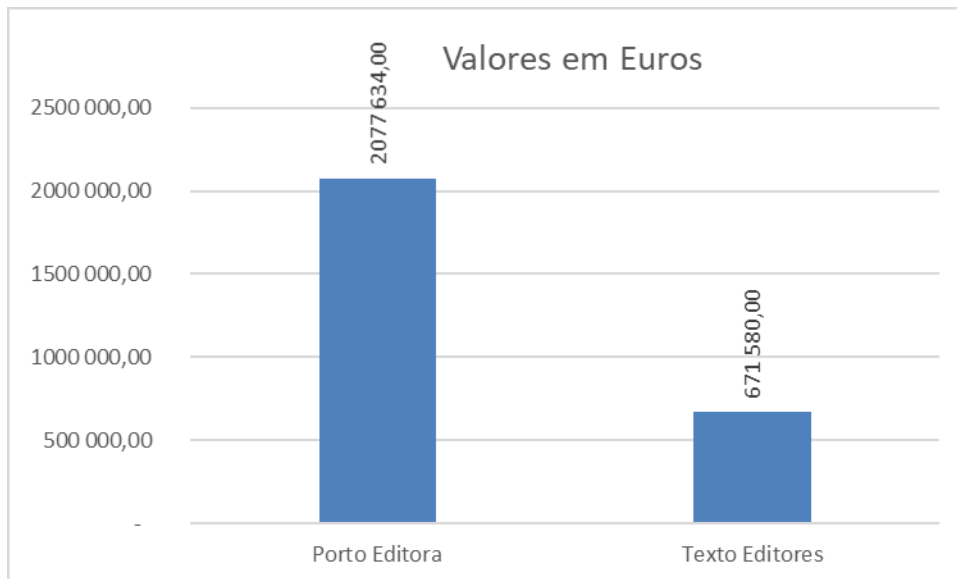
Durante mais de uma década muito pouco se investiu no desenvolvimento da indústria editorial e gráfica nacional para torná-la suficientemente competitiva em relação as suas congéneres internacionais.

## Principais fornecedores do Livro Escolar: quem são e quanto ganham?

Três grupos de empresas actuam no mercado da produção do livro escolar em Moçambique. O primeiro é constituído pelas maiores e mais antigas empresas multinacionais do sector em Moçambique, nomeadamente Plural Editores, do grupo Porto Editora, Texto Editora, do grupo Leya e a Pearson/Longman. Este grupo de empresas actua no país desde a liberalização do mercado do livro escolar e controla grande parte do mercado do livro escolar, possuindo direitos editoriais sobre vários títulos de livros em Moçambique, incluindo vários manuais do ensino secundário. De realçar que este grupo de empresas tem uma forte presença em vários mercados africanos, com destaque para os países de língua oficial portuguesa e inglesa.

Desde 2003, ano em que foram lançados os primeiros concursos para a aquisição dos manuais escolares, estas empresas facturam anualmente milhões de meticais com adjudicações de concursos do MINEDH. O gráfico 1 mostra os montantes arrecadados por dois grandes *players* do mercado do livro escolar em Moçambique num concurso de 4 lotes lançado pelo MINEDH, no ano 2019, para a edição e impressão de manuais escolares da 4ª classe. Tendo sido adjudicada 3 lotes do concurso, a Porto Editora facturou 2 milhões de Euros, equivalente a cerca de 150 milhões de meticais<sup>3</sup>, e a Texto Editora, com 1 lote, arrecadou cerca de 670 mil euros, o que corresponde a 50,2 milhões de meticais<sup>4</sup>. Refira-se que estas empresas participaram de vários outros concursos do MINEDH para edição e impressão de manuais escolares do ensino primário.

**Gráfico 1: Parte das adjudicações do MINEDH para edição e impressão de manuais escolares da 4ª classe - 2019**



Fonte: Compilação do autor.

O segundo grupo é constituído por empresas do ramo da indústria gráfica que entraram no mercado do livro escolar

Mar. 2021

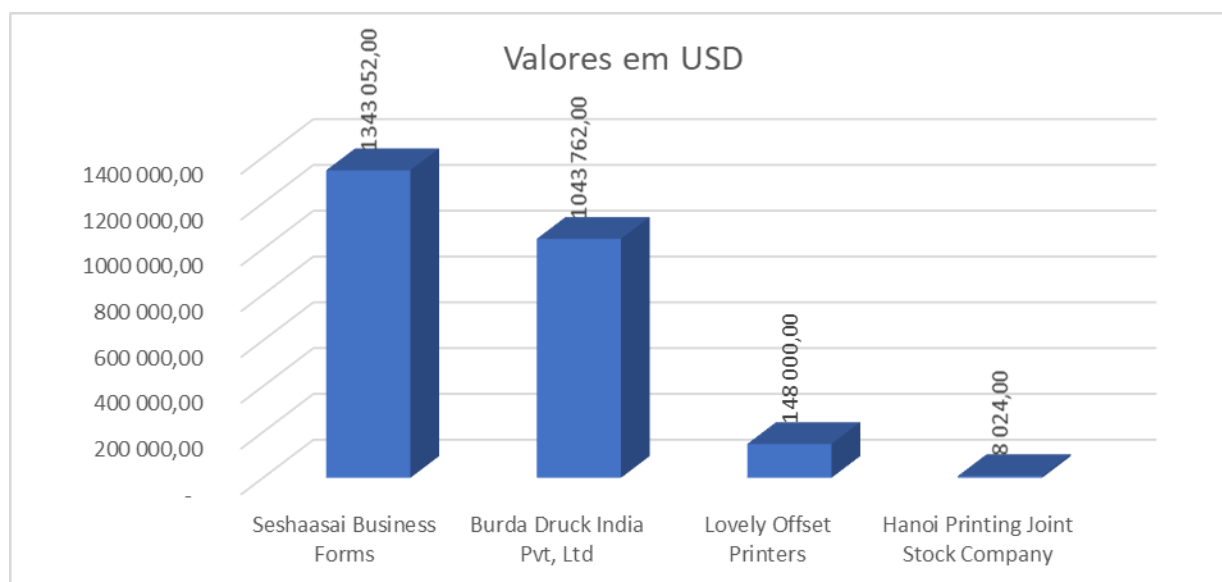
<sup>3</sup> Ao câmbio de 1EURO/75, 02 MZN. Consultado a 17.06.2021

<sup>4</sup> Ao Cambio de USD 1/ 62, 71 MZN. Consultado a 16.06.2021

local, de forma massiva, a partir da segunda década do ano 2000. Estas, na sua maioria asiáticas, controlam grande parte do mercado dos concursos públicos do MINEDH para a reimpressão dos manuais escolares do ensino primário. São exemplo disso as empresas *Seshaasai Business Forms*, *Burda Druck India, Pvt, Ltd*, *Lovely Offset Printers Pvt, Ltd* - baseadas na Índia – e *Hanoi Printing Joint Stock Company*, do Vietname.

O gráfico 2, referente às adjudicações de concursos do MINEDH lançados em 2016 para impressão de manuais escolares para uso no ano lectivo 2017, é uma pequena amostra dos milhões de dólares que as empresas chegam a facturar anualmente com o negócio dos manuais escolares. Neste ano (2016) a empresa indiana sediada em Mumbai, *Seshaasai Business Forms Pvt Ltd*, facturou 1.3 milhão de dólares norte americanos com dois concursos adjudicados pelo MINEDH. Igualmente, a empresa *Burda Druck Pvt, Ltd*, detida pela gigante alemã *Hubert Burda Media*, presente em países como Alemanha e França, ganhou 2 concursos orçados em 1 milhão de dólares norte americanos, equivalente a 62 milhões de meticais<sup>5</sup>, seguida da também indiana *Lovely Offset Printers Pvt Ltd*, sediada em Malindu, que facturou, no mesmo ano, 140 mil dólares norte-americanos com adjudicações do MINEDH para a impressão de manuais escolares da 1ª e 2ª classes. Note-se que estes são valores referentes apenas aos concursos a que o CIP teve acesso.

**Gráfico 2. Adjudicações do MINEDH para impressão de manuais escolares da 1ª e 2ª classes - 2016**



Fonte: Compilação do autor.

O terceiro grupo de empresas que actua no sector é constituído por editoras moçambicanas que produzem alguns títulos dos manuais escolares do ensino primário, mais concentradas na produção de manuais escolares em línguas locais no quadro do ensino bilíngue, como é o caso da Alcance Editora e algumas gráficas nacionais que fazem a impressão dos manuais escolares como a BDQ e a Académica.

Este grupo de empresas é o mais recente e o menos expressivo no mercado do livro escolar em Moçambique, possuindo a menor quota no mercado dos concursos públicos do MINEDH tanto para a edição como para a reimpressão dos manuais. O gráfico abaixo mostra os montantes arrecadados por estas empresas em concursos adjudicados pelo MINEDH em 2019 para a edição e impressão de manuais escolares da 1ª e 2ª classes.

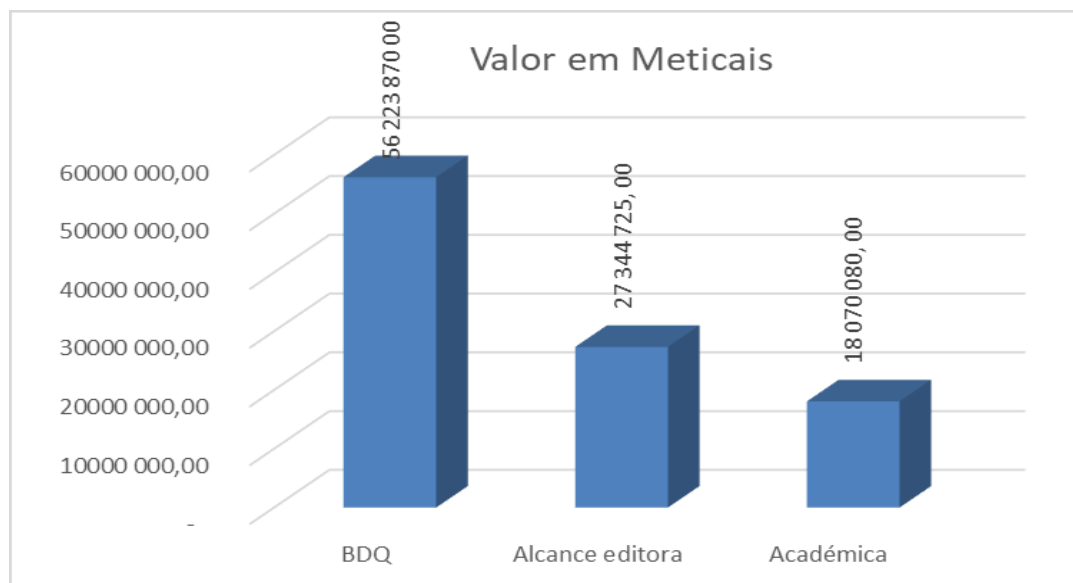
A BDQ, Impressão e Gráfica, Limitada, detida por Belmiro Destino Quive e Cândida Esperança Mavone Quive<sup>6</sup>, facturou 56,2 milhões de Meticais com a adjudicação de 3 dos 4 lotes de um concurso do MINEDH para a impressão de manuais da 1ª e 2ª classes. A Alcance Editores, Limita, detida por Maria Fernanda Rocha Lopes,

<sup>5</sup> Ao câmbio de USD 1/62, 71 MZN. Consultado a 16.06.2021

<sup>6</sup> BR nº 47, III Série, Supl., de 21 de Abril de 2016 - pág. 2104

António Alberto Cerqueira Da Silva e Rui Rocha,<sup>7</sup> arrecadou 27,3 milhões num contrato para produção de manuais da 1ª e 2ª classes para o ensino bilíngue. Por último, a Académica, Limitada controlada por Ismael Moosa Sidat, Fezal Ismael Sidat, Faruque Ismael Adam, Ahamade Shafee Ismael Sidat, Yasmin Mussa Bhikha, Abdulhassan Ismael Sidat, Adam Mussa Bikha e Mahomed Hussen Issufo Ravat<sup>8</sup>, encaixou 18 milhões de Meticais com a adjudicação de 1 dos quatro lotes do concurso do MINEDH para a impressão de manuais da 1ª e 2ª classes.

**Gráfico 3. Adjudicações do MINEDH para a edição e impressão de manuais escolares - 2019**



Fonte: Compilação do autor.

Conforme se pode constatar, a participação de empresas moçambicanas (editoras e gráficas) no lucrativo negócio dos manuais escolares, é bastante insignificante. Os maiores fornecedores do mercado dos manuais escolares em Moçambique são multinacionais da indústria editorial, baseadas em Portugal e na Inglaterra, responsáveis pela produção da maioria dos manuais escolares, e empresas do ramo da indústria gráfica, maioritariamente sediadas na Índia e no Vietname, que fazem a impressão dos manuais.

Ao longo de quase duas décadas não se investiu na indústria editorial e gráfica nacional de modo que empresas deste ramo pudessem ombrear com suas congéneres internacionais. O resultado é visível. As editoras e gráficas nacionais continuam no limbo do lucrativo negócio do livro escolar.

<sup>7</sup> BR nº 85, III Série de 1 de Junho de 2017 - pág. 3037

<sup>8</sup> BR nº 137, III Série de 31 de Agosto de 2017 - pág. 5472

## Caixa

### O Papel da comunidade de doadores: financiamento e monitoria

#### - Livros escolares são adquiridos com fundos do FASE

Os livros escolares para distribuição gratuita aos alunos do ensino primário são adquiridos pelo MINEDH com fundos disponibilizados por cerca de 9 parceiros de cooperação, através do FASE.

Os fundos do FASE consistem de doações feitas anualmente pelos parceiros com vista a apoiar a implementação do plano estratégico do sector de educação. Para além da aquisição dos livros escolares, os fundos disponibilizados pelos parceiros, através do FASE, são alocados para outras áreas do sector de educação como, por exemplo, infraestruturas. Cabe ao MINEDH decidir sobre as alocações dos fundos do FASE tendo em conta o plano estratégico do sector de educação e as áreas acordadas com os parceiros do FASE.

O valor desembolsado anualmente varia de parceiro para parceiro. Mas, por exemplo, entre 2015 e 2019, a Irlanda, contribuiu com 31,2 milhões de euros para o FASE, na razão de 6,25 milhões de euros, equivalentes a cerca de 470 biliões de meticais<sup>9</sup>, por ano.

Os recursos do FASE são considerados investimento externo, mas são geridos pelo MINEDH com recurso a procedimentos estabelecidos a nível nacional. As verbas do FASE são inscritas no Orçamento do Estado, canalizadas através da Conta Única do Tesouro, seguem a política de aquisições do governo, mas estão sujeitas a auditoria externa<sup>10</sup>.

#### - Procurement baseado nas orientações do Banco Mundial

Em projectos que contam com financiamento do Banco Mundial, como é o caso do livro escolar em Moçambique e em vários países da África Subsahariana, os Governos devem seguir os princípios estabelecidos pela instituição financeira internacional no que ao *procurement* se refere. O Banco Mundial financia, juntamente com cerca de 9 parceiros de cooperação, a provisão do livro escolar em Moçambique através do FASE. Assim, o *procurement* público para a aquisição dos manuais escolares com financiamento do Banco Mundial não só é feito tendo em conta as políticas do Banco Mundial como também é monitorado por esta instituição desde a solicitação de propostas até a adjudicação dos concursos.

Uma das principais políticas do Banco na aquisição dos manuais escolares é que o *procurement* para o efeito deve ser mediante Concurso Público Internacional. A instituição entende que com esta medida os Governos obtêm melhor relação custo-benefício beneficiando-se dos padrões e expertise internacionais na produção dos livros escolares<sup>11</sup>. Esta política é considerada por alguns especialistas como sendo prejudicial para a indústria editorial e gráfica local, uma vez que as empresas locais não estão em condições de competir em pé de igualdade com grandes companhias multinacionais<sup>12</sup>. Só para citar alguns exemplos, a editora Pearson Longman, sediada no Reino Unido e que desde 2004 participa dos concursos para produção dos manuais escolares da língua inglesa em Moçambique, faz parte das 5 maiores editoras do mundo<sup>13</sup>. Igualmente, a gráfica Burda Druck Pty Ltd, que participa regularmente em concursos do MINEDH para a impressão de manuais, é detida por uma das 20 maiores gráficas da Europa, a gigante alemã Hubert Burda Media<sup>14</sup>.

Apesar dos princípios orientadores do Banco Mundial garantirem às editoras locais uma vantagem de preço de 15% sobre o concorrente internacional com o menor preço<sup>15</sup>, poucas empresas domésticas estariam em condições de competir com estas grandes multinacionais. Aliás, nos últimos cinco anos, a Alcance Editora foi a única editora moçambicana que ganhou concursos para a produção de manuais escolares e isso só foi possível, em parte, por se tratar de manuais de línguas nacionais de origem bantu que, geralmente, atraem pouco interesse das grandes empresas transnacionais<sup>16</sup>.

9 Ao câmbio de 1 EURO/75, 02 MZN – Consultado no dia 17.06.2021

10 UNICEF (2019) Informe Orçamental: Educação 2018. Disponível em: [2018-Informe-Orcamental-Educacao.pdf \(unicef.org\)](https://www.unicef.org/mozambique/pt/2018-informe-orcamental-educacao.pdf). Consultado a 27.Abr. 2021

11 World Bank (2002) World Bank Support for provision of textbooks in Sub-Saharan Africa 1985-2000. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/530001468742821712/world-bank-support-for-provision-of-textbooks-in-sub-saharan-africa-1985-2000>. Consultado a 15. Mar. 2021

12 Languille, S. (2016) The Scramble for Textbooks in Tanzania. Disponível em: <https://academic.oup.com/afraf/article/115/458/73/2195197>. Consultado a 12. Mar. 2020

13 Reedsy (2019) Understanding Publishing: The Largest Book Publishers in 2021. Disponível em: <https://blog.reedsy.com/largest-book-publishers/>. Consultado a 21. Mar. 2021

14 <https://www.ranker.com/list/printing-companies/reference>. Consultado a 21. Mar. 2021

15 Languille, S. (2016) The Scramble for Textbooks in Tanzania. Disponível em: <https://academic.oup.com/afraf/article/115/458/73/2195197>. Consultado a 12. Mar. 2020

16 World Bank (2002) World Bank Support for provision of textbooks in Sub-Saharan Africa 1985-2000. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/530001468742821712/world-bank-support-for-provision-of-textbooks-in-sub-saharan-africa-1985-2000>. Consultado a 15. Mar. 2021

## Aquisição dos direitos editoriais pelo Estado: entre a redução de custos e o fim da hegemonia das internacionais

O MINEDH iniciou o processo de aquisição dos *copyrights* (direitos editoriais) dos manuais escolares produzidos pelas editoras com o objectivo principal de reduzir os custos unitários dos livros adquiridos pelo Estado, conforme previa o Plano Estratégico do Sector da Educação 2012-2019. Actualmente, o Estado detém os direitos editoriais de manuais da 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> classes<sup>17</sup>. Com a aquisição dos direitos editoriais dos manuais, o Governo deixa de pagar *royalties* às editoras pelo direito de impressão de cada cópia de livro, no caso de uma reimpressão. Para o efeito, foram lançados concursos para o desenvolvimento de conteúdos dos manuais escolares para que a propriedade intelectual e o direito editorial sobre os mesmos passassem para o MINEDH.

Técnicos do MINEDH, entrevistados no âmbito desta pesquisa, entendem que com aquisição dos direitos editoriais dos manuais escolares do ensino primário haverá redução dos custos unitários nas sucessivas reimpressões. A perspectiva adoptada pelo Governo ao adquirir os direitos editoriais dos manuais escolares vai de encontro com o que é recomendado internacionalmente por especialistas do negócio do livro escolar como estratégia para a redução dos custos da aquisição dos manuais. Entendem, os especialistas, que os direitos editoriais têm um grande peso na estrutura de custos dos manuais escolares e que a sua retirada das editoras ajuda aos governos a reduzirem significativamente os seus custos unitários<sup>18</sup>.

Entretanto, empresários ligados ao sector do livro escolar, entrevistados no âmbito desta pesquisa defendem que, a médio prazo, a medida poderá levar ao colapso da indústria editorial no país.

“Esta medida é extremamente prejudicial para qualquer editora, pois é a receita continuada pelo período de vigência dos manuais [adquiridos pelo Estado] que permite às editoras cobrir o investimento nesses livros e também nos livros que não foram adjudicados”, defende Miguel Millheiro, Director Geral da Plural Editores em Moçambique. O mesmo sustenta que ao essa fonte de rendimento das editoras, o MINEDH está a colocar em causa a sobrevivência da indústria editorial em Moçambique, pois o livro escolar tem um efeito multiplicador na economia que foi completamente desconsiderado ao ser tomada essa decisão.

Os direitos editoriais constituem parte importante do lucro das editoras. É com as *royalties* pagas pelos direitos editoriais sobre um livro que as editoras esperam compensar o investimento inicial feito no desenvolvimento editorial, ilustração, *design*, etc. através das várias reimpressões do manual<sup>19</sup>.

Empresários do sector do livro, entrevistados dizem que a maior parte do investimento feito pelas editoras na produção de livros não escolares e do ensino secundário resulta dos lucros obtidos com os contratos públicos para edição dos manuais do ensino primário. Num contexto em que os direitos editoriais são retirados das editoras, estas perdem parte significativa destes lucros.

“O motor da indústria livreira são os manuais escolares, e se este sector não gerar dinheiro para as editoras, não há mais livros à venda no mercado local”. A sustentabilidade das editoras depende da produção do livro escolar, refere Pedro Macedo, Director Comercial do Grupo Leya em Moçambique.

17 MINEDH (2019) Request for Expressions of Interest (Short Term Consulting Services – Firm/Consultant Selection). Disponível em: [http://www.mined.gov.mz/mined/Concursos/Documents/An%C3%BAcio%20conjunto%20Livros%20\(2\).pdf](http://www.mined.gov.mz/mined/Concursos/Documents/An%C3%BAcio%20conjunto%20Livros%20(2).pdf). Consultado a 09. Mar.2020

18 Fredriksen, B & Brar, S (2015) Fournir des manuels scolaires à tous les enfants d'Afrique subsaharienne : Stratégies de lutte contre leur cherté et leur faible disponibilité. Disponível em : <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/21876/9781464806865.pdf?sequence=5>. Consultado a 16. Fev. 2021

19 World Bank (2002) World Bank Support for provision of textbooks in Sub-Saharan Africa 1985-2000. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/530001468742821712/world-bank-support-for-provision-of-textbooks-in-sub-saharan-africa-1985-2000>. Consultado a 15. Mar.



As editoras entendem que o Estado não precisava de adquirir os direitos editoriais dos manuais escolares para reduzir os custos unitários com a sua aquisição uma vez que a concorrência entre as editoras poderia por si só resultar numa redução de preços” A ideia de que o Estado pouparia dinheiro com a aquisição dos direitos editoriais é baseada num cálculo errado”, refere Macedo.

Outro argumento levantado pelas editoras é de que a aquisição dos direitos editoriais dos manuais escolares pelo Estado terá implicações a nível da mão-de-obra. A indústria editorial em Moçambique emprega, ao longo destes anos, um número considerável de autores e ilustradores locais que vivem deste negócio. Assim, com o fim da edição dos manuais escolares pelas editoras, muitos destes perderão os seus postos de trabalho, argumentam.

Entretanto, entende-se que a aquisição dos direitos editoriais pelo MINEDH é uma medida necessária enquanto voltada para a redução dos custos da aquisição dos manuais escolares. Especialistas do sector do livro escolar apontam a retirada dos direitos editoriais das editoras como uma das medidas que mais contribui para a redução do custo unitário dos manuais escolares. A medida é também importante do ponto de vista da sustentabilidade, a longo prazo, da gratuidade do livro escolar para o Estado. Até ao momento, os livros escolares que são anualmente distribuídos aos alunos do ensino primário são adquiridos por meio de doações de parceiros de cooperação através do FASE. Portanto, partindo do pressuposto de que a ajuda não dura para sempre, a semelhança da retirada do apoio directo ao Orçamento por causa das dívidas colocando o estado moçambicano numa situação de fragilidade, qualquer estratégia de redução de custos que salvguarde a continuidade da gratuidade do livro escolar aos alunos é aconselhável para o Estado.

Com a aquisição dos direitos editoriais dos manuais escolares pelo Estado, as editoras que actualmente dominam o mercado do livro escolar perderão parte do seu negócio, que é a edição dos manuais escolares do ensino primário, mas, por outro lado, empresas do ramo da indústria gráfica que têm a impressão dos manuais como seu principal negócio sairão beneficiadas. Com a retirada dos direitos editoriais das editoras, o MINEDH passará a lançar relativamente mais concursos para a reimpressão dos manuais escolares, o que resultará no aumento do volume de negócio para as empresas do ramo da indústria gráfica que actuam no mercado do livro escolar local. Entretanto, se o aumento do volume de negócios não for acompanhado por um aprimoramento da indústria gráfica local no sentido de serem mais competitivas em relação às transnacionais, o mercado do livro local continuará a ser dominado por actores internacionais.

## **Revitalização da indústria gráfica nacional: corrida pelo controlo do negócio do livro escolar?**

Enquanto o MINEDH ia adquirindo os direitos editoriais dos manuais escolares das editoras, o Governo foi investindo na revitalização da indústria gráfica controlada pelo Estado. Em Julho de 2019, o Governo inaugurou a nova unidade de produção gráfica da Sociedade de Notícias -empresa maioritariamente participada pelo Estado - equipada com maquinaria de impressão de última geração<sup>20</sup>, num investimento orçado em 260 milhões de meticais. Na ocasião da inauguração do empreendimento, o então PCA da Sociedade Notícias (SN), Bento Baloi, deixou claro que a unidade gráfica do Notícias pretende ser um grande actor no mercado do livro escolar no actual contexto de concorrência aberta. “Passamos a ter condições técnicas para imprimir o livro”. “Pretendemos reocupar o nosso espaço. Estamos preparados para competir<sup>21</sup>”, referiu.

Com a retirada dos direitos editoriais das editoras, o mercado dos manuais escolares para empresas do ramo da indústria gráfica ampliou-se significativamente. Portanto, o investimento na unidade gráfica do Notícias sinaliza, de longe, que a impressão dos manuais escolares- até agora feita por gráficas internacionais, maioritariamente

20 Jornal Notícias (2019) Gráfica do Notícias deve assegurar rentabilidade. Disponível em: <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/2018-05-04-10-20-41/91931-bongece-satisfeito-com-desempenho-da-provincia-de-maputo>. Consultado a 20. Mar. 2021

21 Jornal Notícias (2019) Notícias abre nova era na indústria gráfica nacional. Disponível em: <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/2018-05-04-10-20-41/91928-noticias-abre-nova-era-na-industria-grafica-nacional>. Consultado a 20. Mar. 2021

sediadas na Ásia - volte a ser feita por empresas estatais ou participadas pelo Estado como era antes da liberalização, mas agora num contexto marcado pela concorrência.

Aliás, a porta-voz do MINEDH, Gina Guibunda, deu a conhecer em entrevista a Rádio Moçambique em Janeiro de 2022 que o Ministério tem estado a avaliar a possibilidade de imprimir alguns livros no mercado local. Entretanto, o preço elevado do livro no país – praticamente “três vezes superior ao praticado no mercado internacional” – tem sido um dos factores que impede que o Ministério avance neste sentido. “Notamos isso quando abrimos as propostas”<sup>22</sup>, referiu a porta-voz.

Alguns empresários do ramo da indústria editorial entendem que a retirada dos direitos editoriais dos manuais das editoras é apenas um pretexto para que a sua produção seja feita por fornecedores locais. Entretanto, advertem que, para que tal aconteça, as gráficas locais tinham que ser muito mais competitivas do que o são actualmente.

Os manuais escolares são um negócio altamente lucrativo para as grandes empresas internacionais da indústria editorial e gráfica. Até o momento, poucas gráficas moçambicanas ganham concursos internacionais para a impressão dos manuais escolares por serem pouco competitivas em relação às suas congéneres asiáticas. Das poucas vezes que gráficas locais ganharam concursos para a impressão de manuais escolares foi em contexto de emergência ou de campanhas específicas pensadas para alimentar as gráficas locais. Assim, o negócio milionário dos manuais escolares beneficia ainda muito pouco a elite empresarial local, conectada à elite dirigente do Estado, o que está muito fora do padrão verificado nos negócios do Estado em Moçambique cujos principais beneficiários são as elites dirigentes ou entes a si associados.

Por um lado, a revitalização da gráfica do Notícias pode significar oportunidade para as elites dirigentes e empresariais do país lançarem a mão sobre os contratos milionários do MINEDH para a impressão dos manuais escolares. Mas, por outro lado, este movimento pode significar o retorno do monopólio do Estado na produção do manual escolar, assim como sucedeu na Tanzânia onde depois de 10 anos de liberalização o Estado resolveu retomar em 2014 o sector dos manuais escolares muito por conta dos interesses da elite dirigente em controlar o negócio<sup>23</sup>.

---

22 Segundo o MINEDH: Equacionada a produção do Livro Escolar no país. 27. Jan. 2022, pg. 6, Notícias

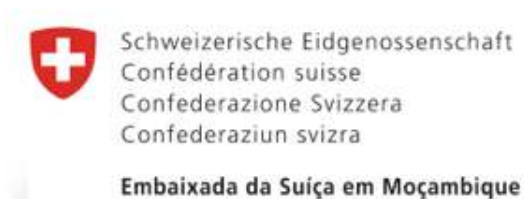
23 Languille, S. (2016) The Scramble for Textbooks in Tanzania. Disponível em: <https://academic.oup.com/afraf/article/115/458/73/2195197>. Consultado a 12. Mar, 2020





CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



## Informação editorial

**Director:** Edson Cortez

**Autor:** Aldemiro Bande

**Revisão de pares:** Baltazer Fael, Ben Hur Cavelane, Borges Nhamirre, Egas Jossai, Estrela Charles, Júlia Zitha, Leila Constantino, Rui Mate e Stélio Bila.

**Revisão Linguística:** Samuel Monjane

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschild, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391  
f @CIP.Mozambique t @CIPMoz  
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique